

**De:** sos\_sado [[mailto:sos\\_sado@protonmail.com](mailto:sos_sado@protonmail.com)]

**Enviada:** quinta-feira, 16 de maio de 2019 12:57

**Para:** Comissão 11ª - CAOTDPLH XIII <[11CAOTDPLH@ar.parlamento.pt](mailto:11CAOTDPLH@ar.parlamento.pt)>; Comissão 7ª - CAM XIII <[7CAM@ar.parlamento.pt](mailto:7CAM@ar.parlamento.pt)>

**Assunto:** Petição nº586/XIII/4ª - Estudo Económico do Projecto de Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Setúbal

Exmo(a)s. Sr(a)s.

Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação

Comissão de Agricultura e Mar

No decorrer da Petição nº586/XIII/4ª, com 13075 assinaturas, cuja entrada na Assembleia da República data de 22/01/2019, posteriormente distribuída na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação e admitida a 20/02/2019, tendo como relatora Maria Miguel Rola (Grupo Parlamentar Bloco de Esquerda), cuja audição dos peticionários foi realizada no dia 20/03/2019, o Movimento SOS Sado vem remeter a V/Exas o documento que até à data não estava disponibilizado e que serviu de justificativa e base de avaliação por parte da Agência Portuguesa do Ambiente para a aprovação do "Projecto de Melhoria das Acessibilidades do Porto de Setúbal".

Este "Estudo Económico", segundo a APA, é a justificativa de se relativizar os enormes impactes ambientais, como descrito em Declaração de Impacte Ambiental, dados os benefícios económicos e sociais que o projecto irá trazer à região, reflectidos neste mesmo estudo. Como poderão verificar estamos a falar de um documento de estudo de viabilidade económica com uma abordagem metodológica apenas e só na perspectiva portuária.

Ora um estudo com estas limitações não pode, nem deve, ser utilizado para afirmar que este projecto trará um imenso benefício económico e social para esta região. Não poderá fazê-lo com certezas pois a sua metodologia e objecto nunca avaliou, estudou ou conheceu a realidade económica e social da região. Não contabilizou o que existe logo não saberá o que está em risco. O desenvolvimento das actividades relacionadas com o estuário, as empresas que dele dependem, a actividade secular da pesca artesanal, as actividades marítimo turísticas, entre tantas outras, simplesmente não fazem parte deste documento.

Solicitamos a Vossa maior atenção neste assunto, uma vez que não nos parece o procedimento adequado. Se por um lado o "Estudo económico" não é um estudo sério e real, por outro não nos parece que seja a APA a entidade indicada para se pronunciar sobre mesmo com este enquadramento. Cabe sim à Agência Portuguesa do Ambiente salvaguardar, de forma imparcial, o Património Natural que é de todos e todas.

O download dos documentos pode ser feito através dos endereços <http://media.sossado.pt/egis/EstudoViabilidadeEconomica-Egis.pdf> (Estudo de Viabilidade) e <http://media.sossado.pt/egis/MemoriaDescritiva-Egis.pdf> (Memória Descritiva).

Atenciosamente,  
Movimento Cívico SOS Sado